

Imprensa, informação e censura: uma reflexão sobre as relações de poder na ditadura militar por meio do jornal Libertação, produzido pela Ação Popular (AP)

Regina Célia Daefiol¹

Resumo: A efeméride dos 60 anos do golpe de Estado de 1964 suscita diversas reflexões sobre a ditadura militar que durou 21 anos. Nesse período, o regime de exceção lançou mão das mais diversas medidas autoritárias para cercear as liberdades no país. A censura foi o fio condutor de uma política de controle social mantida pela ditadura por meio da repressão e da violência, tendo sido a imprensa um dos alvos preferenciais. O presente artigo busca refletir sobre as relações de poder entre imprensa e ditadura, comparando o posicionamento da grande imprensa e da imprensa alternativa, segmento no qual incluem-se jornais clandestinos, como o Libertação, produzido pela Ação Popular.

Palavras-chave: Imprensa; Ditadura Militar; Jornal Libertação.

¹ Doutoranda em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista Capes. E-mail: rdaefiol@gmail.com

Imprensa, informação e censura:
uma reflexão sobre as relações de poder na ditadura militar por meio do
jornal Libertação, produzido pela Ação Popular (AP)
DAEFIOL, R. C.

Prensa, información y censura: una reflexión sobre las relaciones de poder en la dictadura militar a través del periódico Libertação, producido por Ação Popular (AP)

Resumen: Los 60 años del golpe de Estado de 1964 plantea varias reflexiones sobre la dictadura militar que duró 21 años. En este periodo, el régimen de excepción utilizó las más diversas medidas autoritarias para restringir las libertades en el país. La censura fue el principio rector de una política de control social mantenida por la dictadura mediante la represión y la violencia, siendo la prensa uno de los blancos preferidos. Este artículo busca reflexionar sobre las relaciones de poder entre prensa y dictadura, comparando el posicionamiento comparando el posicionamiento de la prensa convencional y la prensa alternativa, segmento que incluye periódicos clandestinos, como Libertação, producido por Ação Popular.

Palabras llave: Prensa; Dictadura Militar; Periódico Libertação.

Introdução

Em 2024 completam-se 60 anos do golpe de Estado civil-militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, abrindo caminho para a implantação de uma ditadura que durou 21 anos. A efeméride suscita diversas reflexões sobre o regime de exceção, que lançou mão dos mais diversos instrumentos e medias autoritárias para cercear as liberdades no país. Nos regimes autoritários, o controle social é exercido não apenas pela imposição e pela violência, mas também pela legitimação e pela aceitação social conquistadas por meio de políticas de controle da informação. A censura ocupa papel central nessas políticas por permitir não apenas a ocultação da informação, mas também a seleção daquilo que aos regimes autoritários interessa que a sociedade tome conhecimento. Como instrumento de manutenção do poder em regimes autoritários, a censura se dá nas mais diversas instâncias sociais, da ação política à produção cultural, da liberdade de expressão à atuação da imprensa.

No Brasil, a ditadura militar utilizou amplamente a censura como meio de controle social para a restrição da liberdade de expressão e do acesso à informação. A imprensa esteve entre os alvos da censura desde os primeiros anos do regime, porém, de maneira seletiva. Jornais mais combativos foram atacados, invadidos ou destruídos – como os jornais de esquerda *Politika*, *Folha da Semana*, *O Semanário* – e jornalistas foram presos por fazerem oposição ou por se mostrarem simpáticos ao governo deposto de João Goulart, como o influente *Última Hora*¹. O jornal *Correio da Manhã*, apesar de ter feito oposição ferrenha ao governo de João Goulart e ter apoiado o golpe de Estado de 1964, passou a denunciar as arbitrariedades da ditadura e, por esse motivo, foi perseguido,

atacado a bomba, teve edições apreendidas e sua proprietária, Niomar Bittencourt, foi presa. Acabou por fechar as portas.

Como meio de preservação do poder, a censura escondeu “o autoritarismo de forma autoritária, assim como as resistências a ele”^{III}. Serviu, pois, a propósitos diversos, em especial para ocultar da sociedade a violência operada pelo regime contra seus opositores, vistos como inimigos internos a serem neutralizados e até mesmo eliminados, seguindo o que pregava a Doutrina de Segurança Nacional forjada na Escola Superior de Guerra (ESG)^{III}. Os temas censurados variavam muito, de acordo com os interesses do regime em cada momento. No governo Médici, cerca de 80% das mensagens dos censores referiam-se ao veto da publicação de notícias sobre ações de repressão, incluindo casos de prisão de opositores, denúncias de tortura, modo de organização da chamada “comunidade de segurança”, conflitos no interior do governo e qualquer notícia que representasse oposição à ditadura^{IV}. Além de certos temas, pessoas definidas como “inimigas do Estado” também eram censuradas e informações sobre suas ações eram vetadas. O arcebispo Dom Hélder Câmara foi um dos enquadrados nesta condição.

Os reflexos da ocultação da informação operada por meio da censura, que não deixou transparecer para a sociedade o que realmente acontecia nos porões do regime, podem ser percebidos no presente, em discursos que defendem a falsa premissa de que a ditadura brasileira não foi violenta. São comuns comparações com outros regimes autoritários da América Latina, como, por exemplo, o da Argentina, entre os que minimizam ou relativizam a violência da ditadura militar brasileira. É certo que há singularidades que diferenciam os regimes dos dois países, o que não significa dizer que um foi menos violento que o outro. Na Argentina, a ditadura adotou uma “dinâmica intensamente marcada pela violência”^V, que ocorria abertamente, diante dos olhos da sociedade. No Brasil, a violência era ocultada por meio da censura. Os crimes cometidos contra os direitos

humanos, que só passaram ao conhecimento público com o fim da censura e por meio de ações como as desenvolvidas pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos e pela Comissão da Verdade, são uma demonstração de que na ditadura militar brasileira a violência ocorreu sob diversas formas e foi um instrumento de manutenção do poder, legalizado por meio de

mecanismos eficazes e brutais após 1968 mediante um decreto, o “Ato Ins-titucional n. 5”, que não apenas instaurou uma “operação limpeza”, mas também instituiu sistemas complexos de controle da sociedade, através da censura, da espionagem, da propa-ganda política e do combate a supostos corruptos^{VI}.

A ocultação da violência da repressão por meio da censura impediu que a sociedade tivesse a real noção do que ocorria no país, ou seja, não havia elementos que permitissem aos cidadãos, naquele momento, enxergar que o regime era, de fato, muito violento. Carlos Fico ressalta que o escamoteio da violência é “uma atitude que marca toda a história do Brasil, tida como ‘incruenta’ justamente pelos propagandistas dos dois regimes autoritários que assolaram o país no século XX, o Estado Novo (1937-1945) e o regime militar^{VII}.”

Na imprensa, os efeitos perversos da censura foram muito além do que se via ou se deixava de ver nas páginas dos jornais. Nas Redações nasceu e prosperou uma cultura de autocensura como ação preventiva. Essa cultura foi ainda mais presente no cotidiano do jornalismo a partir da instituição da censura prévia, para prevenir o corte de material a ser publicado e até mesmo por temor do “empastelamento^{VIII}”, como ocorreu com o jornal *Última Hora* em 1º de abril de 1964. O *Jornal do Brasil* também passou a lançar mão da autocensura depois de sofrer represália por conta da publicação de material censurado. No mesmo dia em que foi publicado o AI-5 (Ato Institucional nº 5), a sede do periódico foi ocupada por dois militares e os jornalistas decidiram confrontar a censura, publicando material

proibido. Poucos dias depois, “cinco oficiais passaram a censurar o jornal, o que fizeram durante três semanas [...]. A partir de 6 de janeiro, o *Jornal do Brasil* submeteu-se à autocensura, em conformidade com as instruções da Censura, situação que perdurou até 1972”^x.

A introdução da censura prévia em *O Estado de S. Paulo* acabou por reforçar o poder da imposição do silêncio entre os demais veículos, que se acomodaram “e se autocensuravam regularmente orientados por bilhetinhos ou telefonemas da Polícia Federal. [...] Deu-se uma tal convivência entre a grande imprensa e o governo do general Médici, [...] que o regime militar nunca precisou criar seu próprio veículo de persuasão”^x.

Para além da censura, a postura complacente e colaboracionista da grande imprensa com a ditadura também teve peso preponderante na distorção da realidade vivida naquele momento no país, especialmente no que diz respeito à violência do regime. Grandes jornais da época noticiavam a morte de presos políticos de acordo com as versões apresentadas por notas oficiais emitidas pelos órgãos de segurança. Essa atitude contribuiu para a ocultação da verdade e para a construção de uma memória social distorcida, que atribuiu um caráter não-violento à ditadura e sobre os crimes cometidos pelos agentes do Estado contra os que resistiam. Formou-se o senso comum de que, se houve violência por parte do regime, ela foi cometida contra “criminosos” ou “terroristas”.

Um caso emblemático, a morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme, de 22 anos, aluno do curso de Geologia da USP (Universidade de São Paulo) e militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), foi noticiado pelo jornal *O Globo* de acordo com a versão oficial dos militares. Preso no DOI-CODI porque tentava reorganizar o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP, ele foi torturado até a morte. Porém, *O Globo* noticiou desta forma:

Os órgãos de segurança revelaram que o terrorista Alexandre Vannucchi Leme, conhecido como “Minhoca”, morreu atropelado por um caminhão quando tentava fugir ao ser levado por agentes a um encontro com outro terrorista, no cruzamento das ruas Bresser e Celso Garcia [...] Três testemunhas contaram que presenciaram o acidente em que morreu o terrorista. [Uma delas] Alcino Nogueira de Souza, empregado de balcão da Confeitaria Santa Cruz [...], chegou a servir uma cerveja ao terrorista. Viu quando ele olhou para um lado e para o outro, atravessou correndo a rua e foi colhido pelo caminhão^{XI}.

Mesmo quando surgiram denúncias de graves violações dos direitos humanos pela ditadura militar, inclusive por organismos internacionais, a grande imprensa brasileira se omitiu e não noticiou a violência. Jornais importantes, como *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *a Folha de S. Paulo* negavam, em editoriais, “as acusações, atribuindo-as a uma intenção de difamar o regime”^{XII}. A grande imprensa só ensaiou uma postura de oposição à violência da repressão a partir do momento em que não era mais possível fechar os olhos ao que estava acontecendo, uma vez que jornalistas também passaram a ser vítimas. O auge deste processo se deu a partir da morte sob tortura de Vladimir Herzog, diretor de Jornalismo da TV Cultura, no DOI-CODI de São Paulo, em 1975. A versão forjada pelos militares de que o jornalista havia cometido suicídio chegou a ser publicada por alguns jornais e até pela Rede Globo^{XIII}. Mas, logo depois, a grande imprensa foi forçada a assumir que Herzog havia sido morto pela repressão, diante dos rumos dos acontecimentos.

Após o fim da ditadura e durante o processo de redemocratização do país, a própria imprensa tratou de construir em torno de si uma memória de oposição e resistência, num processo que evidenciou apenas o período final do regime autoritário, em que os grandes veículos de comunicação se posicionaram ao lado dos que pediam a volta da democracia^{XIV}. Memória essa construída sobre o

apagamento do fato de que a grande imprensa não apenas apoiou ou foi conivente com o regime até o momento em que essa posição se tornou insustentável, como também foi agente do processo de desestabilização do governo de João Goulart (1961-1964), que levou ao golpe de Estado de 1964.

O historiador Eduardo Zayat Chammas, em um estudo dos editoriais publicados pelo *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* entre 1964 e 1968, demonstrou que nos quatro primeiros anos a relação da grande imprensa com a ditadura militar foi “muito mais ambígua e instável do que pode fazer parecer a narrativa mítica e heroica construída pela própria imprensa acerca de sua história”^{xv}. Essa narrativa ajudou a cristalizar na sociedade uma imagem da grande imprensa como um dos baluartes da oposição à ditadura. Mas essa imagem não resiste ao confronto com as fontes.

A lógica do mercado

Para além do alinhamento político-ideológico, um aspecto que deve ser considerado no que se refere à imprensa é o fato de que os veículos de comunicação atuam inseridos na lógica do capitalismo liberal, ou seja, a lógica de mercado. Como empresas privadas, têm por objetivo auferir lucro, principalmente com a veiculação de publicidade, inclusive as patrocinadas por órgãos oficiais do Estado. Foi com base nessa lógica do mercado que as empresas de comunicação atuaram durante a ditadura para defender seus interesses comerciais, o que, não raras vezes, exigia atender as demandas do regime ditatorial para obter, em troca, apoio essencial para os negócios. A partir desta lógica, os proprietários dos veículos de comunicação agiram de acordo com o que momento exigia, tanto no golpe de 1964, quanto durante a ditadura. Aliaram-se aos conspiradores que derrubaram o governo Goulart, fecharam os olhos para as arbitrariedades e crimes

cometidos pela ditadura. Desta forma, estabeleceu-se “a dinâmica da ‘via de duas mãos’, com a premiação do colaboracionismo^{XVI}.”

O caso mais emblemático desta “via de duas mãos” foi o processo de expansão da Rede Globo de Televisão, de propriedade da família Marinho, que participou ativamente do processo de desestabilização do governo Goulart e da consolidação do golpe de Estado de 1964 por meio de seu influente jornal, *O Globo*. As publicações de *O Globo*, assim como de outros grandes jornais da época, tiveram peso relevante no processo de desgaste do governo Goulart, mesmo contando o presidente da República com apoio popular, conforme demonstram pesquisas realizadas pelo Ibope às vésperas do golpe de Estado^{XVII}. Após o golpe, a família Marinho deixou patente seu apoio aos militares, descritos como agentes da “providência divina” no famoso editorial *Ressurge a Democracia*, publicado em *O Globo* no dia 2 de abril de 1964.

Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo. [...] Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor^{XVIII}.

Durante os governos militares, a televisão brasileira passou por um período de grande expansão, por conta dos altos investimentos realizados, em parceria com grupos estrangeiros, na infraestrutura da área de telecomunicações. Hamburger (1998) aponta que o setor era considerado estratégico para os planos de integração nacional e de desenvolvimento dos militares, que “investiram na infraestrutura necessária à ampliação da abrangência da televisão e aumentaram seu poder de ingerência na programação por meio de novas regulamentações, forte censura e políticas culturais normativas^{XIX}.” Uma das

maiores beneficiárias desses investimentos foi a nascente Rede Globo de Televisão, de propriedade dos Marinho, que cresceu de forma rápida por meio de “relações amistosas com o regime, sintonia com o incremento do mercado de consumo, uma equipe de produção e administração preocupada em otimizar o marketing e a propaganda”^{xx}.

O caso da Rede Globo é ilustrativo para compreender o papel da imprensa nas políticas de controle social da ditadura. Ao se tornar uma rede de televisão de alcance massivo, cobrindo uma área crescente do território nacional, a Globo transformou-se em instrumento valioso para a propaganda do regime. A rede de televisão adaptou-se às exigências da censura com forma de assegurar boas relações com os militares, tendo, inclusive, mantido “um departamento de censura para evitar as pesadas perdas econômicas que resultariam da censura de uma novela”^{xxi}, grande produto mercadológico da rede. As relações de troca entre os governos ditatoriais e os veículos de comunicação também se deram nos investimentos do Estado brasileiro em propaganda, que “premiavam, com o dinheiro do povo, o apoio político à ditadura, e puniam, também com o dinheiro do povo, aqueles que se opunham a ela”^{xxii}.

Nesta área, a chamada imprensa alternativa, que se fortaleceu e cresceu exponencialmente durante a ditadura militar, foi bastante prejudicada, uma vez que a grande maioria das publicações se opunha abertamente ao regime. Essa postura combativa teve seu preço. Jornais alternativos como *Opinião*, *Movimento*, *O Pasquim*, *O São Paulo*^{xxiii} eram preteridos na distribuição de verbas publicitárias. O caso do jornal *Opinião* ilustra bem a dificuldade de encontrar equilíbrio entre a crítica ao regime e a sobrevivência comercial. A Petrobrás era anunciante do jornal alternativo, que inicialmente foi visto com bons olhos pelos militares por conta de sua linha editorial nacionalista. Mas, quando ocorreu o acirramento da repressão e da censura, os anúncios da estatal foram suspensos por conta das críticas ao

regime veiculadas pelo periódico. A Editora José Olympio, também no auge da repressão, suspendeu contratos de publicidade com o *Opinião* temendo que a publicação de seus anúncios pudesse interferir na concessão de um empréstimo pelo BNDES.

Enfrentado todas as dificuldades impostas pela censura e pelas pressões econômicas exercidas pelo regime, a imprensa alternativa encontrou terreno fértil para crescer diante da postura colaboracionista da maioria dos veículos de comunicação. Usando um discurso opinativo e de denúncia, as publicações alternativas desafiavam a censura e traziam para o debate público temas considerados proibidos no período, contrapondo-se à ausência deles na grande imprensa. Por esse fato, a imprensa alternativa viveu uma época de grande efervescência e produção durante a ditadura militar. Neste período, foram criados no país cerca de 150 periódicos alternativos pautados pelo discurso de oposição aberta ao regime ditatorial, tornando-se um meio “de organização política e ideológica das forças de oposição à ditadura, especialmente da esquerda perseguida durante o período de recrudescimento da repressão”^{XXIV}.

As publicações alternativas multiplicaram-se no vácuo deixado pelo silêncio da grande imprensa, imposto não apenas pela censura, mas também pelo negacionismo sobre questões graves, como a prática de tortura contra presos políticos. Os alternativos passaram a ocupar espaço junto ao público como fonte de informação confiável frente ao noticiário “chapa branca” da grande imprensa.

Os principais debates dos anos 1970 [...] as principais questões políticas e teóricas, as grandes polêmicas, as tendências artísticas e culturais – tudo está nas páginas da imprensa alternativa. Da dívida externa à reforma agrária; das grandes campanhas nacionais (como a luta pela anistia, por eleições livres e diretas, pela constituinte, contra a carestia) ao boom da literatura latino-americana; dos debates sobre o aborto e sobre a sexualidade à luta contra a tortura. A imprensa alternativa nos traz também o confronto

entre dois tipos de esquerda: a tradicional e a alternativa; entre duas formas de se encarar a política^{xxv}.

Assim como ocorria na grande imprensa, as redações das publicações alternativas também tiveram que conviver com a censura prévia da ditadura. Os jornais *Opinião*, *Movimento* e *O São Paulo*,

foram censurados com base no artigo 9 do AI-5. Opinião resistiu a quatro anos e meio de pressões: 221 dos 230 números foram feitos com censura prévia e, das 10.548 páginas escritas pelos seus colaboradores, somente 5.796 chegaram aos leitores. O número 24 foi apreendido, mas voltou a circular; os números 26, 195, 205 e o último número, 231, foram efetivamente apreendidos. Além disto, o jornal sofreu um atentado a bomba em 1976^{xxvi}.

Outros alternativos também foram duramente atingidos. *O Pasquim*, que em novembro de 1970 tinha uma tiragem de 200 mil exemplares, acabou fechando. E não só a censura prévia interferia na produção e na circulação dos alternativos. Ataques a bomba em bancas de revista que vendiam jornais alternativos também acabavam por afastar os leitores, levando a quedas na arrecadação com a venda de exemplares.

Apesar de conviverem com a censura dentro das redações, os grandes veículos de comunicação, devido a relações com pessoas-chave nos governos ditatoriais, conseguiram manter-se firmes no mercado. A família Mesquita, proprietária de *O Estado de S. Paulo* – que, apesar do perfil conservador e de ter apoiado o golpe de 1964, era vigiado de perto pela censura – usava os contatos que mantinha com militares de alta patente para negociar o afrouxamento da ação dos censores sobre o jornal. Exploravam também os contatos com figuras importantes dos governos militares: “Os Mesquita negociaram o abrandamento da censura com Falcão [*Armando Falcão, ministro da Justiça*], almoçando na

residência deste^{xxvii}. O apoio à ditadura por parte dos proprietários de grandes veículos de comunicação, num colaboracionismo que se estendeu por um período gravemente longo, garantiu a sobrevivência no mercado.

No período de vigência da ditadura, a participação intensa e ativa do Globo na construção do regime ditatorial é de inquestionável evidência. Quanto à Folha de S. Paulo, consta que oferecia as suas caminhonetes com o logotipo do jornal para a sinistra Operação Bandeirantes (Oban) estourar os aparelhos das esquerdas, ou para perseguir, ou para espionar os militantes de esquerdam 1976^{xxviii}.

A censura existiu e afetou profundamente a liberdade de expressão no país. Porém, atingiu de maneiras muito distintas a imprensa corporativa – que tinha poder para “negociar” a ação dos censores e garantir que seus interesses comerciais fossem preservados – e a imprensa alternativa – que confrontou o regime, não contava com o respaldo da influência de pessoas poderosas nos governos e não dispunha do mesmo poderio econômico dos grandes veículos de comunicação. Tais nuances jogam por terra a visão monolítica de resistência, que cristalizou uma memória distorcida sobre a atuação da imprensa durante a ditadura.

[...] o discurso da reação, no sentido de oposição ao ato censório, construiu uma visão mítica da resistência, na qual se encerra também toda uma memória, pessoal e coletiva, do papel que se desempenhou nos anos de chumbo. Corroborando essa imagem combativa, nada é tão lembrado como a publicação d’Os Lusíadas, de Camões, nas páginas de O Estado de S. Paulo, ou das receitas culinárias no outro jornal do Grupo da família Mesquita, o Jornal da Tarde^{xxix}.

Produção e circulação clandestinas

Os que faziam oposição política ao regime também foram duramente atingidos pelo endurecimento da censura e da repressão a partir do AI-5, o que

levou à adoção de novas estratégias de ação possíveis naquele momento. A criação de jornais clandestinos por militantes de organizações de esquerda que buscavam derrubar a ditadura foi uma delas. Foi o caso do jornal *Libertação*, fundado em 1968 Ação Popular (AP), uma das organizações políticas “mais representativas da esquerda brasileira das décadas de 1960 e 1970”^{xxx}. O jornal circulou até 1975, com conteúdo de explícita oposição à ditadura.

A AP foi oficialmente criada em fevereiro de 1963 e em seu Documento-Base de fundação, a organização se autodefinia como

[...] o discurso da reação, no sentido de oposição ao ato Expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que nos é dado viver ^{xxxi}.

A articulação do movimento que originou a AP teve início com a conquista, em 1961, da presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE) por Aldo Arantes, uma das lideranças da Juventude Universitária Católica (JUC), grupo que teve grande influência na fundação da organização. O golpe de Estado 1964, que derrubou o governo de João Goulart, levou os principais líderes da Ação Popular – José Serra, Betinho e Aldo Arantes – à clandestinidade ou a deixar o Brasil^{xxxii} e a organização passou por diversos processos de reelaboração de identidade, de objetivos e de posicionamento político-ideológico. A partir de 1964, a AP pautou suas ações na luta revolucionária contra a ditadura e na defesa do socialismo. Em 1968, a organização aderiu à tradição marxista, com base no maoísmo, o que levou a uma cisão interna e a uma espécie de refundação. Neste contexto surgiu o jornal *Libertação*, que substituiu o primeiro informativo produzido pela organização, o *Revolução*.

No relatório da 1ª Reunião da Direção Nacional Ampliada da AP, ocorrida em setembro de 1968, foram ratificados o perfil e os objetivos do jornal,

um veículo para as massas fundamentais, destinado especialmente a ajudar na condução das lutas operárias e camponesas, colaborando na mobilização, educação e organização das massas; o jornal tem por objetivo unificar melhor as lutas da massa com sua orientação às classes fundamentais da revolução brasileira, informando-as sobre os interesses e aspirações de cada classe ou camada de classe, mostrando suas contradições e colocando para a massa as tarefas da revolução^{xxxiii}.

O jornal *Libertação* foi produzido e circulou até 1975 na clandestinidade, por meio da ação da militância. Isso porque a organização era alvo de constante vigilância da ditadura e os editores do jornal precisavam driblar os órgãos de repressão não só para garantir sua produção e circulação, mas também a própria segurança. Segundo o jornalista Carlos Azevedo – que em 1968 deixou a *Revista Realidade* para se dedicar à militância política clandestina, tornando-se redator-chefe do *Libertação* – o processo de produção do jornal envolvia uma série de estratégias para despistar os órgãos de vigilância. As reuniões de pauta, por exemplo, eram feitas durante longas caminhadas. “Desenvolvi um sistema chamado Lapa-Penha, que consistia em uma caminhada [do bairro] da Lapa até a Penha e a volta. Esse trajeto nos proporcionava uma reunião de duas horas”^{xxxiv}.

Produzido a partir de mimeógrafo no início, o *Libertação* passou, alguns anos mais tarde, a ser impresso em uma gráfica clandestina montada em um sítio na região metropolitana de São Paulo. A circulação do jornal era uma operação cuidadosa e também arriscada. Os exemplares de cada edição saíam do sítio escondidos em veículos lotados de legumes e verduras para serem distribuídos entre a militância, que se encarregava da circulação.

O conteúdo veiculado pelo *Libertação* abordava temas como denúncias de ações autoritárias, de crimes e violações dos direitos humanos cometidos pelo regime e seus apoiadores; movimentos de protesto e greves de trabalhadores; a articulação de camponeses e estudantes em diversos pontos do país para combater a ditadura. Na edição de nº 12, de dezembro de 1968, por exemplo, o jornal trouxe um texto denunciando a ação da polícia do Maranhão, estado na época governado por José Sarney, aliado do regime, que resultou na prisão do líder camponês Manoel da Conceição. O sindicalista foi atingido por tiros na ação policial e, detido por seis dias sem atendimento médico, acabou tendo a perna direita amputada.

Na edição de número 13, de fevereiro de 1969, o *Libertação* circulou com uma capa que afrontava diretamente a ditadura. Com desenhos que retratavam o povo armado com paus e pedras confrontando um militar e a figura de “Tio Sam”, representando os EUA, o jornal trouxe a manchete: “Perseverar na luta, responder golpe por golpe e derrubar a camarilha militar pró-imperialista”^{xxxv}. A chamada remetia a um texto, que ocupou metade do espaço da edição, denunciando o AI-5, baixado em dezembro do ano anterior, e convocando: “O povo pode fazer com que o feitiço vire contra o feiticeiro e o Ato 5 se volte contra a ditadura”^{xxxvi}. A matéria indicava os caminhos para isso, exortando a militância a realizar “uma grande campanha de denúncia do golpe de dezembro, do seu caráter reacionário, militar e pró-imperialista, de suas consequências”^{xxxvii}; e, em paralelo, desenvolver

ações de massa de protesto em torno de objetivos parciais. Por exemplo, lutando pela libertação de todos os operários, camponeses e estudantes presos; lutando contra a expulsão e pela libertação imediata dos padres presos em Minas Gerais; lutando pela suspensão imediata da censura à imprensa, etc. Devemos e podemos retomar imediatamente a ofensiva e encurralar a ditadura militar reacionária!^{xxxviii}.

A estreia do jornal já foi marcada por uma ação ousada e muito simbólica. O *Libertação* entrou em circulação em maio de 1968, ano de intensa movimentação política e de acontecimentos marcantes no mundo e também no Brasil, onde ocorreram grandes protestos dos que se opunham à ditadura. Estudantes, trabalhadores e alguns segmentos sociais se mobilizavam por meio de manifestações com milhares de pessoas, muitas delas reprimidas de forma violenta pela polícia. Os estudantes realizaram protestos gigantescos, como o ocorrido durante o enterro do estudante Edson Luis, morto pela polícia do Rio de Janeiro, quando 50 mil pessoas foram para as ruas protestar; diversos setores sociais se reuniram em protesto contra a ditadura, também no Rio de Janeiro, na Passeata dos Cem Mil, inclusive a classe média, outrora apoiadora do golpe e da ditadura; trabalhadores de diversos segmentos fizeram greves históricas contra o arrocho salarial, ignorando a legislação autoritária que praticamente impedia a realização de movimentos reivindicatórios. Também em 1968, no mês de outubro, a UNE realizou seu 30º Congresso na cidade de Ibiúna, São Paulo, quando diversas lideranças estudantis foram presas pela polícia militar.

A primeira edição do *Libertação* foi entregue de forma ostensiva, de mão em mão, na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 1º de maio, quando ocorria um evento em comemoração ao Dia do Trabalho, organizado pelas autoridades do estado. Neste evento houve um grande protesto de trabalhadores e estudantes, que acabaram expulsando do palanque o governador de São Paulo, Roberto da Costa Abreu Sodré, sob vaias e pedradas. O conteúdo da edição distribuída era o que se podia chamar de explosivo. O impacto desse conteúdo fez com que os órgãos de repressão e vigilância voltassem os olhos para o jornal, naquele dia entregue abertamente, em praça pública, num momento de grande efervescência política e social. E em pleno clima de escalada do tensionamento que antecedeu o AI-5, que seria decretado sete meses depois.

A matéria principal tratava do verdadeiro significado do 1º de Maio, não como dia de festejos como o que estavam ocorrendo ali, e sim de lutar pela melhoria das condições dos trabalhadores de todo o mundo. O texto trazia informações sobre a importância dos movimentos grevistas ocorridos no passado para as conquistas que os trabalhadores desfrutavam no presente: “Através dessas greves os trabalhadores se uniam e se organizavam para enfrentar a opressão capitalista”^{xxxix}.

Nesta primeira edição já ficava explícita a essência dos temas que viriam a ser o centro das críticas do jornal nos próximos números. Os textos tratavam dos mecanismos pelos quais o regime de exceção tentava dar um verniz de legalidade a medidas autoritárias, como a Constituição de 1967, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional; das mudanças impostas na legislação trabalhista e que impactavam negativamente na vida dos trabalhadores; das greves operárias ocorridas em 1968 em São Paulo, Minas Gerais e outras partes do país, que, à luz da legislação criada pela ditadura, eram ilegais e deveriam ser reprimidas; também denunciavam a ditadura militar como um regime implantado para beneficiar “o imperialismo estadunidense e os patrões”. E deixavam claros a posição política e o objetivo pelo qual o *Libertação* fora criado: unir trabalhadores, estudantes e camponeses na luta para derrubar a ditadura.

As formas de opressão adotadas pela ditadura, representadas pela repressão violenta, o arrocho salarial e o sindicalismo pelego^{xl}, eram denunciadas nas páginas da primeira edição do jornal.

[...] a ditadura incentivou a corrupção sindical organizada pelo governo dos Estados Unidos que, através de agentes no Brasil, estão enchendo os pelegos de dinheiro para eles enganarem os trabalhadores, fazendo sede nova no sindicato, instalando gabinetes de dentista, tudo como uma esmola para o trabalhador e com a intenção verdadeira de

se manterem no poder, impedindo que os trabalhadores lutem por seus direitos^{XLI}.

O texto referia-se ao modelo de sindicalismo assistencial incentivado pela ditadura para enfraquecer ações de cunho político e reivindicatório. Após o golpe de 1964, foram implementadas no país políticas de controle das negociações salariais, bem como dos aumentos dos salários dos trabalhadores, com o objetivo de reduzir o poder de barganha dos sindicatos – um meio de neutralizar forças trabalhistas aliadas do governo deposto de João Goulart que ainda resistiam no meio sindical – e, ao mesmo tempo, “segurar” a inflação que se encontrava em escalada. O resultado dessas políticas foi o achatamento brutal dos salários, que corroeu o poder de compra e comprometeu a qualidade de vida do trabalhador brasileiro. Esse arrocho salarial promovido pela ditadura, de acordo com o *Libertação*, era não só uma política de exploração do trabalho, mas também uma forma de opressão. E a repressão violenta, colocava o jornal, era o instrumento usado pelo regime para impedir que o trabalhador protestasse contra a exploração e a opressão. O texto publicado na página 3 da primeira edição cita como exemplo disso a repressão aos protestos contra o arrocho salarial realizados por três mil operários de fábricas de Santo André, São Paulo, ocorridos em abril de 1968, quando vários trabalhadores teriam sido espancados e presos.

Na edição número 2 o jornal deu destaque ao protesto ocorrido no evento de Primeiro de Maio, em São Paulo. A matéria “Em São Paulo, a ditadura foi expulsa da Praça da Sé” relatava a ação dos trabalhadores durante a festa comemorativa ao Primeiro de Maio, que resultou na expulsão do governador de São Paulo do palanque das autoridades. O texto vai narrando o encadeamento dos acontecimentos, protagonizados por operários de Santo André, Osasco, São Bernardo e também da capital, além de comerciários, bancários e estudantes.

Segundo o jornal, os trabalhadores foram à praça para fazer da data um dia de protesto.

Os trabalhadores avançaram organizadamente e se chocaram como uma onda contra o palanque, cercado-o. Ouvia-se 'fora pelego', 'o palanque é da ditadura', 'fora imperialismo'. Sodré [o governador de São Paulo] pretendeu dar um golpe: falar logo e se retirar para não ouvir as críticas dos trabalhadores. Nem com a ajuda de 50 alto falantes espalhados pela praça, ele conseguiu falar ^{xlii}.

Em toda a sua existência, o jornal *Libertação* circulou clandestinamente, adotando uma linha editorial de resistência e de denúncia da ditadura, com um discurso que tinha por objetivo mobilizar as massas populares para a luta de derrubada do regime. Os órgãos de repressão desencadearam diversas operações com o objetivo de desmantelar sua produção e circulação, muitas delas com o foco de localizar a gráfica onde o jornal era impresso. Nenhuma obteve sucesso. O jornal só deixou de circular em 1975, em função de cisões internas na Ação Popular. Depois de um período conturbado entre os anos de 1971 e 1972, disputas internas conduziram a uma divisão dentro da organização, que havia adotado a denominação Ação Popular Marxista-Leninista (APML). A maior parte da militância aderiu, em 1973, ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e os remanescentes da minoria que não concordava com a adesão buscaram reorganizar e dar continuidade às ações da APML, que existiu até 1981, tendo tomado parte do processo de criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Considerações

A censura, exercida por meio da vigilância, de medidas repressivas e da violência, foi um dos instrumentos da política de controle social e de manutenção do poder utilizados pela ditadura militar brasileira. A imprensa esteve entre os alvos

preferenciais da censura e suas relações com o regime autoritário foram marcadas por nuances que precisam ser consideradas para problematizar a memória monolítica de um suposto heroísmo dos veículos de comunicação na resistência à ditadura. Essa memória mítica foi construída em torno de si pela própria imprensa corporativa nos anos seguintes ao fim do regime, contribuindo para um apagamento dos momentos em que houve um colaboracionismo aberto e conivente com a ditadura.

É certo que a censura limitou drasticamente a atuação da imprensa durante o período. Porém, atingiu de formas muito distintas a imprensa corporativa, que agiu ou para preservar seus interesses comerciais ou por manter alinhamento político-ideológico com os militares, e a imprensa alternativa/clandestina, que se manteve na oposição confrontado o regime, apesar da censura.

A reflexão crítica sobre a atuação da grande imprensa durante o processo que levou ao golpe de Estado de 1964 e a ditadura militar instaurada logo depois joga luz no passado e clareia a presente. Permite compreender a postura pouco republicana dos veículos de comunicação em eventos recentes, como a Operação Lava-Jato e o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, que levaram à ascensão do político de extrema-direita Jair Bolsonaro ao poder, fato que resultou em quatro anos de grandes mazelas para o país.

A liberdade de imprensa é um dos pilares dos regimes democráticos, mas deve ter como contrapartida a responsabilidade e o compromisso social, no sentido de informar para contribuir com a construção da liberdade dos povos e a valorização do ser humano. O papel da imprensa é fundamental numa sociedade democrática, e deve ser reconhecido como tal. Porém, este fato não deve servir para escamotear a responsabilidade da mídia em episódios que conduziram o Brasil por caminhos tortuosos, cujas consequências recaem, ainda hoje, sobre a sociedade e que certamente se refletirão nos anos vindouros.

Notas

^I SOARES, G. A. D. Censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. v.4, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023. p. 21.

^{II} SOARES, G. A. D. Censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. v.4, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023. p. 31.

^{III} A ESG foi criada como um núcleo de formação dentro das Forças Armadas voltado a pensar estratégias de segurança e desenvolvimento para o Brasil. A Doutrina de Segurança Nacional foi formulada pela ESG no contexto da Guerra Fria, de perseguição aos comunistas e ao socialismo. Com base nela, a ditadura perseguiu opositores, classificados como “inimigos da nação” e “ameaças à segurança do país”.

^{IV} SOARES, G. A. D. Censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. v.4, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

^V FICO, C. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 239-261, jul./dez. 2013. ISSN 27. p. 245.

^{VI} *Ibid.*, p. 244.

^{VII} *Ibid.*, p. 245.

^{VIII} O empastelamento é o silenciamento de um jornal por meio de atos violentos, como a destruição de equipamentos, depredação da sede e, muitas vezes, ataque a jornalistas. “Tivemos empastelamentos de jornais ao longo da nossa história política: da implantação da República até o golpe de 1964. A ditadura não precisou utilizar o recurso extremo para calar a imprensa, foi mais sutil. Mas os esbirros dos órgãos de segurança inventaram um gênero original de empastelamento para calar a imprensa alternativa: incendiar as bancas de jornal que os vendiam” (DINES, Alberto. *Empastelamento, modo de emprego*. Observatório da Imprensa. Nov. 2006. Acesso em 05 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/empastelamento-modo-de-emprego/>>).

^{IX} SOARES, G. A. D. Censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. v.4, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023. p. 23.

^X KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Página Aberta, 1991. p. 46.

^{XI} Subversivo tenta fugir, mas morre atropelado. *Jornal O Globo* (GONZALEZ, Marina. *Assassinato de Alexandre Vannucchi Leme gerou protestos da sociedade*. *Revista ADUSP*, p. 73, maio 2005, apud Müller, 2010, p.191).

- ^{xii} KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo: Página Aberta, 1991. p. 46-47.
- ^{xiii} MARINGONI, Gilberto. *Globo, Rede*. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe/USP, UERJ. PROLAM, LPD. Disponível em: <<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-globo-red>>. Acesso em 16 fev. 2023.
- ^{xiv} Exceção da Rede Globo, que resistiu em noticiar as grandes manifestações do movimento Diretas Já, que entre 1983 e 1984 realizou grandes comícios em diversas cidades brasileiras, com a presença de milhares de pessoas, além de artistas, políticos e personalidades famosas, pedindo a eleição direta para presidente da República em 1985.
- ^{xv} CHAMMAS, E. Z. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012. p. 105.
- ^{xvi} DAEFIOL, R. C. *O Brado Universitário: "Um jornal feito sem pressa. E sem pressão?" A imprensa estudantil como ação de microrresistência à ditadura militar na Universidade Estadual de Maringá*. Maringá: Edições Diálogos, 2022. p. 45.
- ^{xvii} Em uma delas, 15% dos entrevistados disseram considerar seu governo ótimo; 30%, bom; 24%, regular; 16%, ruim ou péssimo. Outra pesquisa realizada em oito capitais entre 9 e 26 de março mostrou "que 49,8% admitiam votar em Jango caso a Constituição fosse alterada e ele saísse candidato à reeleição" (Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/populacao-aprova-jango-e-as-reformas>>. Acesso em 13 fev. de 2023).
- ^{xviii} *Ressurge a democracia*, O Globo, 2 de abril de 1964, primeira página. Disponível em <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2013/03/editorial-globo-golpe-militar.jpg>>. Acesso em 13 fev. 2023.
- ^{xix} HAMBURGER, E. *Diluído fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano*. In: SCHWARCS, L. M. *A história da vida privada no Brasil*, volume 4. São Paulo: [s.n.], 1998. p. 439-488. p. 454.
- ^{xx} *Ibid.* p. 455.
- ^{xxi} SOARES, G. A. D. *Censura durante o regime autoritário*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. v.4, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023. p. 12.
- ^{xxii} SOARES, G. A. D. *Censura durante o regime autoritário*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. v.4, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023. p. 28.
- ^{xxiii} *Jornal editado pela Arquidiocese de São Paulo, que entre os anos 1960 e 1970 teve como arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, outra personalidade da igreja católica alvo de restrições por parte da ditadura por sua postura combativa e de defesa dos direitos humanos.*
- ^{xxiv} DAEFIOL, R. C. *O Brado Universitário: "Um jornal feito sem pressa. E sem pressão?" A imprensa estudantil como ação de microrresistência à ditadura militar na Universidade Estadual de Maringá*. Maringá: Edições Diálogos, 2022. p. 50.
- ^{xxv} ARAUJO, M. P. N. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 33.

^{xxvi} SOARES, G. A. D. Censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. v.4, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023. p. 26.

^{xxvii} *Ibid.* p. 36.

^{xxviii} REIS, D. A. Ditadura militar e revolução socialista no Brasil. VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras. Niterói: [s.n.]. 2006. p. 7.

^{xxix} KUSHNIR, B. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. 428p. 2001. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, p. 428. 2001. p. 36.

^{xxx} DIAS, R.B. Histórias da AP: Estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular (AP). São Paulo: Alameda, 2021. p. 21.

^{xxxi} Documento-base, AP, 1963, p. 1, apud DIAS, R.B. Histórias da AP: Estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular (AP). São Paulo: Alameda, 2021. p. 35.

^{xxxii} RIDENTI, M. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo. *Documentos Revelados*, 1998. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2020/09/acaopopular.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

^{xxxiii} AP. Relatório da 1ª Reunião da Direção Nacional Ampliada. 1968, p. 49.

^{xxxiv} ESTANISLAU, L. Libertação: o jornal da luta clandestina da AP (Ação Popular) contra a ditadura. *Opera Mundi/UOL*, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/memoria/48874/libertacao-o-jornal-da-luta-clandestina-da-ap-acao-popular-contra-a-ditadura>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

^{xxxv} Libertação, ano II, número 13, 1 a 15 de fevereiro de 1969, p. 1.

^{xxxvi} *Ibid.*, p. 8.

^{xxxvii} *Id.*

^{xxxviii} *Id.*

^{xxxix} *Id.*

^{xl} O termo pelego era utilizado para qualificar sindicalistas que, apesar de se mostrarem favoráveis às lutas dos trabalhadores, atuavam alinhados com os objetivos do regime, colaborando para enfraquecer e desestimular as mobilizações, principalmente nas fábricas, que se tornaram focos de organização do operariado.

^{xli} Libertação, ano I, número 1, 1º de maio de 1968, p. 4.

^{xlii} Libertação, ano II, número 2, 15 de maio de 1968, p. 1.

Fontes

Jornal *Libertação*, ano I, número 1, 1º de maio de 1968, p. 4.

Jornal *Libertação*, ano I, número 2, 15 de maio de 1968, p. 1.

Jornal *Libertação*, ano II, número 13, 1 a 15 de fevereiro de 1969, p. 1 e 8.

AP. Relatório da 1ª Reunião da Direção Nacional Ampliada. 1968, p. 49.

Referências

ARAÚJO, M. P. N. **A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

CHAMMAS, E. Z. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

DAEFIOL, R. C. **O Brado Universitário: "Um jornal feito sem pressa. E sem pressão?"** A imprensa estudantil como ação de microrresistência à ditadura militar na Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Edições Diálogos, 2022.

DIAS, R. B. A trajetória da AP segundo Duarte Pereira. **A Terra é Redonda**, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-historia-da-acao-popular/?doing_wp_cron=1630978328.1571218967437744140625>. Acesso em: 16 fev. 2023.

DIAS, R. B. **Histórias da AP: Estudos sobre as disputas pelos sentidos da história da Ação Popular (AP)**. São Paulo: Alameda, 2021.

ESTANISLAU, L. Libertação: o jornal da luta clandestina da AP (Ação Popular) contra a ditadura. **Opera Mundi/UOL**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/memoria/48874/libertacao-o-jornal-da-luta-clandestina-da-ap-acao-popular-contr-a-ditadura>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FICO, C. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 239-261, jul./dez. 2013.

HAMBURGER, E. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCS, L. M. **A história da vida privada no Brasil, volume 4**. São Paulo: [s.n.], 1998. p. 439-488.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

KUSHNIR, B. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 428p. 2001. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, p. 428. 2001.

MARINGONI, Gilberto. **Globo, Rede**. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe/ USP, UERJ. PROLAM, LPD. Disponível em: <

<https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-globo-red>>. Acesso em 16 fev. 2023.

NAPOLITANO, M. **1964, história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS, D. A. **Ditadura militar e revolução socialista no Brasil**. VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras. Niterói: [s.n.]. 2006. p. 1-18.

RIDENTI, M. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maóismo. **Documentos Revelados**, 1998. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2020/09/acaopopular.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

SOARES, G. A. D. Censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. v.4, p. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/10/rbcs10_02.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

Recebido: 15/12/2023

Correções: 20/02/2024

Aceito: 20/03/2024